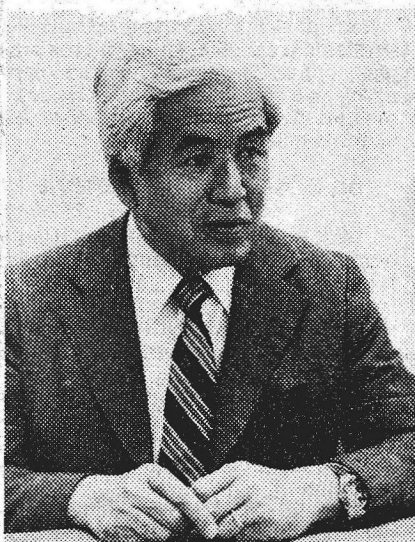


A necessidade das reuniões semanais na Granja do Torto



Yuichi Tsukamoto



Ibrahim Eris

Uma boa prova de que a tese de Eris agradou seria o fato de o presidente ter chamado para a assessoria especial de assuntos econômicos um homem que defende as mesmas idéias: Luís Paulo Rosenberg, 40 anos, outro ex-assessor de Delfim na Seplan, pós-graduado em Vanderbilt, ex-diretor superintendente do grupo Lavra, que também participou da reunião do Torto e trabalha com Eris na MBE.

Os três economistas compartilhariam, assim, das simpatias de Sarney. Outro ponto em comum: os três trabalham para o empresário Matias Machline, amigo do presidente e maior acionista da Sharp, na qual Tsukamoto é diretor e à qual Eris e Rosenberg prestam consultoria eventual, através da MBE. E os três portam-se também com a mesma discrição em relação ao desempenho da equipe econômica do governo.

Rosenberg, ainda sem sala definitiva no Palácio do Planalto, prefere não dar entrevistas por enquanto; aliás, já desde os tempos em que trabalhava na Seplan, seus contatos com a imprensa — durante os quais algumas vezes chegou a discordar do ministro Delfim — eram apenas informais. Tsukamoto, por sua vez, não acha oportuno tomar partido na polêmica entre os ministros Francisco Dornelles e João Sayad a respeito da redução do déficit público. Uma posição compartilhada por Eris, que prefere correr em faixa própria: não admite semelhanças significativas entre sua tese e a de Sayad sobre a forma de baixar os juros, discorda de algumas idéias de Dornelles — particularmente sobre os meios de baixar o déficit e a redução do compulsório dos bancos —, mas mantém contatos frequentes com ambos e, inclusive, ainda colabora eventualmente com o ministro da Fazenda.

Tanto Yuichi Tsukamoto quanto Ibrahim Eris defendem, cada um a seu modo, o estabelecimento de um pacto social. O primeiro enfatiza que o presidencialismo brasileiro sobrecarrega o presidente, pois os ministros ainda têm o hábito, herdado do autoritarismo, de

se preocupar apenas com os interesses específicos de cada ministério, quando deveriam elaborar projetos específicos a partir de uma visão global da economia, a visão do presidente. Daí, segundo diz, a necessidade das reuniões da Granja do Torto, com representantes dos mais diversos segmentos da sociedade, a partir das quais se deverá chegar ao pacto social. Não um contrato social assinado que discrimine as exigências de cada parte, mas um consenso amplo que crie o ambiente propício para a melhor convivência.

Tsukamoto acha que o pacto deve começar por suprir a primeira carência básica, comer. Acredita que nele deverá estar implícito o pagamento de uma dívida social que a sociedade não contratou, mas terá de amortizar, o déficit das estatais. Esse, destaca, será um dos caminhos para a redução do déficit do setor público que desequilibra a economia brasileira e, para chegar lá, ele propõe a criação de um imposto emergencial, de prazo definido, a ser utilizado não para a simples rolagem da dívida das estatais, mas para sua amortização definitiva. “Isso permitiria limpar o déficit em uma década”, argumenta, considerando que, até agora, o ministro da Fazenda equacionou o problema, mas não apresentou soluções.

Em seu entender, o que está sendo encaminhado é uma meia solução: um pouco de corte nos gastos públicos, um pouco de aumento nos impostos. “Mas, se não quisermos voltar sempre ao problema do déficit público, teremos de resolvê-lo na sua origem”, acrescenta Eris, que não descarta, porém, os cortes de gastos preconizados por Dornelles, ou mesmo pequenos investimentos que tenham por finalidade aumentar a eficiência de algumas estatais.

Condenando o que considera ser uma megalomania estatal, Tsukamoto afirma que o Brasil vive na ilusão de que ser grande é melhor; não descobriu ainda que “o negócio é ser pequeno e eficiente”. Essa ilusão, segundo explica, resultou num crescimento exagerado do setor de serviços — que responde

por um terço do Produto Interno Bruto —, mas as carências básicas continuam as mesmas, ou seja, ainda há escassez no comer, vestir e morar.

“O Brasil tem intermediários demais, o próprio governo é um atravessador ao arrecadar recursos para destiná-los a finalidades duvidosas, como a operação de salvação do Sulbrasileiro. E uma parte do déficit público resulta dos atos de atravessador do governo, que não mede a relação custo/benefício. Na maioria das estatais, a tendência é gastar sem a preocupação de obter retorno”, sentença. Soluções? Uma delas, em seu entender, é descentralizar a administração das estatais, pois nenhum dirigente pode efetivamente responder por uma empresa do porte da Petrobrás.

Para o economista da FGV, uma das causas da exagerada expansão das empresas no Brasil, seja estatais ou privadas, é a economia inflacionária — já que seus dirigentes não podem confiar em seus próprios dados contábeis e financeiros, atropelados pela inflação, e são obrigados a administrar por “feeling”, creem muito menos nos números e empresas alheias. Daí, a verticalização.

O combate aceitável

Esse ambiente inflacionário, porém, não mudará a curto prazo, avisa Ibrahim Eris, para quem uma política gradualista de combate à inflação, com acertos e sorte, poderá apresentar resultados favoráveis em um ano. Em sua opinião, nem a economia de guerra adotada pela Argentina nem uma recessão profunda e prolongada ou a manutenção de elevadas taxas de juros são soluções aceitáveis no combate à inflação.

O melhor é uma redução gradual “e, hoje, o governo tem credibilidade suficiente para ousar isso”. Tal política, para o economista da Fipe, depende de fatores como a aceitação de que a taxa de crescimento econômico do País deve ficar abaixo do seu potencial, sem recessão para não aumentar o desempre-

go, mas também sem um superaquecimento da demanda; a redução das taxas de juros, a fim de diminuir os custos das empresas; pequenos investimentos no setor público, em pesquisa e desenvolvimento no setor agrícola e em algumas áreas estratégicas; e locação de gastos públicos em projetos sociais dirigidos às faixas de baixa renda.

Eris também não tem nada contra o controle de preços, que, em sua opinião, não apenas serve para reduzir as expectativas inflacionárias, como também é prática corrente em economias altamente oligopolizadas como a brasileira. Já Tsukamoto vê nessa política uma redistribuição de renda disfarçada e alerta que o governo precisará tomar cuidado para não retirar o que deu, quando tiver de fazer os ajustes de preços necessários.

Com os credores, folga

Entre algumas semelhanças e pequenos desencontros de opinião, os dois economistas que dividem as simpatias de Sarney concordam amplamente em um ponto: a questão da dívida externa. Ambos acreditam que o País está numa condição muito folgada para renegociá-la, tanto sob o ângulo de risco político — em que, segundo Tsukamoto, a posição argentina serve de contraste para fortalecer a posição do Brasil perante os credores — quanto no nível das reservas cambiais amealhadas para fazer caixa.

Conforme os cálculos de Eris, a conta corrente do balanço de pagamento fechará o ano com um déficit de apenas US\$ 2,5 bilhões, que seria coberto com cerca de US\$ 800 milhões de investimentos externos, outros US\$ 800 milhões de novos créditos oficiais de organismos multilaterais e mais US\$ 800 milhões provenientes das reservas, não se configurando, assim, a hipótese de que o presidente Sarney chegou a cogitar, em sua entrevista coletiva da última segunda-feira, de suspensão do pagamento dos juros da dívida se as reservas caírem a determinado patamar de risco.